



Revista Cocar. Edição Especial N.37/2025 p. 1-17      ISSN: 2237-0315  
**Dossiê: Os processos de privatização da educação brasileira sob a égide da inovação e da tecnologia**

**Reformas educacionais e gerencialismo: repercussões na educação pública**

*Reformas educativas y gerencialismo: repercusiones en la educación pública*

Maria Raquel Caetano  
**Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFSul)**  
Campus Sapucaia do Sul-RS, Brasil

**Resumo**

O texto tem como objetivo analisar as relações entre o papel do Estado e as reformas educacionais no contexto do avanço neoliberal e neoconservador brasileiro, sob o enfoque do gerencialismo educacional, o qual busca redefinir o sentido público da educação. Busca-se compreender como o Estado passa a ser facilitador de negócios que promovem o gerencialismo e a criação de espaços públicos não estatais, o que causa a regressão de políticas sociais e o avanço de medidas ligadas ao mercado na educação. Elenca-se, como eixos de análise que emergem da pesquisa em andamento, a privatização, a plataformização e o empreendedorismo na educação básica. A partir de uma abordagem qualitativa, os procedimentos adotados para a produção dos dados foram a pesquisa bibliográfica, documental e o mapeamento de instituições privadas que têm incidido na educação pública no atual contexto histórico, político e social e que interferem nos currículos nacionais e das instituições públicas.

**Palavras-chave:** Reformas; Gerencialismo; Privatização; Política educacional.

**Resumen**

El texto tiene como objetivo analizar las relaciones entre el papel del Estado y las reformas educativas en el contexto de los avances neoliberales y neoconservadores brasileños, desde la perspectiva del gerencialismo educativo, que busca redefinir el significado público de la educación. El objetivo es comprender cómo el Estado se convierte en un facilitador de negocios que promueven el gerencialismo y la creación de espacios públicos no estatales, lo que provoca el retroceso de las políticas sociales y el avance de medidas de mercado en la educación. La privatización, la plataformización y el emprendimiento en la educación básica se enumeran como ejes de análisis que surgen de las investigaciones en curso. Utilizando un enfoque cualitativo, los procedimientos adoptados para la producción de los datos fueron la investigación bibliográfica y documental y el mapeo de instituciones privadas que han influido en la educación pública en el contexto histórico, político y social actual y que interfieren en los currículos nacionales y de las instituciones públicas.

**Palabras clave:** Reformas; Gerencialismo; Privatización; Política educativa.

## **Introdução**

As atuais reformas educacionais estão imbricadas em um movimento global e precisam ser entendidas a partir das sucessivas crises do capital nesse período histórico. O sociometabolismo do capital, conforme Mészáros (2007), é que organiza estruturas produtivas para encontrar recursos e saídas para sua expansão e acumulação, a partir de estruturas totalizantes de organização e controle social. Alerta-se que, as especificidades são diferentes das de dez ou vinte anos atrás e opera com particularidades nos sistemas nacionais. Na fase atual do neoliberalismo, as novas formas de atuação do Estado têm se modificado sem perder sua essência: ser um projeto político de classe, que objetiva manter e ampliar a expansão e criação de mercados (Abdala, 2022).

Para isso, o capital necessita se adaptar para a sua reconstituição e para a sua consolidação como projeto hegemônico, pois, ao gerar uma série de crises econômicas, ele precisa se reformular. O ponto de referência são as leis do mercado. Observa-se que o sistema do capital, sem o forte apoio do Estado, não se sustentaria. Ao se reformular, ele precisa do Estado para defender seus interesses nos períodos de crise. O Estado contemporâneo na sua versão para o século XXI, deixa de ser mínimo e passa a ser um Estado Empreendedor/empresarial (Puello-Socarrás, 2008). O autor reforça que ocorre uma transição do Estado de direito para Estado prestador de serviços sociais.

Concordamos com Abdala (2022) que o gerencialismo, como braço operacional do neoliberalismo, é parte da redefinição do papel do Estado e contribui para a privatização na educação. O neoconservadorismo é instrumental à nova fase do neoliberalismo ao utilizar-se da suposta crise do Estado para diminuir as políticas sociais e as liberdades democráticas. O neoconservadorismo brasileiro, conforme Marina Lacerda (2019), organizou a nova direita em torno de temas como a família tradicional, o anticomunismo, valores cristãos, o livre mercado e a liberdade individual, o que traz consequências para a educação e para as escolas.

O gerencialismo é instrumental a um projeto educacional centrado no controle do currículo, controle da gestão, controle dos resultados, controle do trabalho docente (Peroni; Lima, 2020) e controle dos estudantes. Na dinâmica atualizada do desenvolvimento capitalista, apontamos, neste estudo, que as reformas educativas globais têm sido cada vez mais adotadas pelos estados nacionais e sistemas educacionais em todo o mundo, assim como, frequentemente, têm sido promovidas através dos interesses de agências

internacionais de desenvolvimento e empresas privadas com intervenções na “formulação, execução da política educacional e no conteúdo da proposta” (Peroni; Rossi; Lima, 2021). Neste artigo, vamos abordar a privatização, a plataformaização e o empreendedorismo que interferem para a consecução de um currículo integrado e emancipatório para a formação das crianças, dos jovens e dos adultos brasileiros.

O artigo objetivou analisar as relações entre o papel do Estado e as reformas educacionais no contexto do avanço neoliberal e neoconservador brasileiro sob o enfoque do gerencialismo educacional, que busca redefinir o sentido público da educação. Nos estudos sobre as reformas educacionais no Brasil, identificamos, nas pesquisas que realizamos, três grandes eixos que passam a interferir na educação pública: a privatização, a plataformaização e o empreendedorismo — que estão interligadas em torno da discussão do controle da educação, mas com características próprias, e do empreendedorismo, que passa a integrar os currículos educacionais de forma mais intensificada a partir da BNCC e Reforma do Ensino Médio.

Assim, o artigo está delineado em três seções: na primeira, apresenta-se elementos do debate sobre os processos de privatização da educação; na segunda, analisa-se a plataformaização da educação no recente período histórico; e, na terceira seção, aborda-se o empreendedorismo na educação.

Nas considerações, é apontado que as reformas educacionais promovem a padronização curricular, o controle e monitoramento da gestão, do trabalho docente e discente baseado no gerencialismo, bem como se contrapõem à construção de um currículo emancipador.

### **Procedimentos metodológicos**

A pesquisa que originou esse artigo se caracterizou como bibliográfica, documental e buscou mapear as instituições privadas que incidem sobre a educação pública brasileira.

Os dados da pesquisa sobre as reformas educacionais e gerencialismo originou-se de três movimentos distintos para a construção aqui apresentada.

a) O primeiro movimento, foi realizado a partir do levantamento das publicações (artigos, dossiês, livros, teses e dissertações) nos repositórios da Capes e de grupos de pesquisa sobre a temática, entre eles: o Grupo de Pesquisa Relações entre o Públ

Privado na educação (GPRPPE) da UFRGS e o Grupo de Estudo e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE) da UNICAMP.

b) O segundo movimento foi o mapeamento em sites e relatórios das instituições privadas que incidem na direção da política, ao influenciar na concepção/construção de políticas através de intervenções na agenda educacional, como Todos pela Educação, Fundação Lemann, Movimento pela Base Nacional Comum Curricular. Na execução da política através de consultorias, projetos e ações e venda de todo tipo de produtos, pode-se citar o Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Itaú Educação e Cultura, Instituto Reúna, Instituto Singularidades, ICE, Fundação Roberto Marinho. No conteúdo da proposta, além da Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, SEBRAE, entre outros.

c) o terceiro movimento foi a análise de documentos da Reforma: a Resolução nº 2/2017, a Lei 13.415/2017, o Acordo de cooperação Nº 1034/2023 e os sites e relatórios dos seguintes Institutos e Fundações: Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Fundação Lemann, SEBRAE, da Plataforma da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, Plataforma Arvore, SIGAE . Nesse artigo, deu-se destaque às políticas de plataformização da rede estadual de Rio Grande do Sul. Utilizamos os documentos com maior incidência nos eixos adotados.

Além dos três movimentos que efetivamos para a escrita desse artigo, utilizamos o acúmulo de pesquisas que realizamos em um grupo de pesquisa na UFRGS. Dito isso, apresentamos os três eixos que passam a interferir na educação pública: a privatização, a plataformização e o empreendedorismo.

### **Os processos de privatização do público na educação**

O primeiro eixo analisado são os processos de privatização que avançam na educação: da política educacional ao conteúdo pedagógico das escolas. A privatização é um processo que ocorre pela constituição de sistemas híbridos, nos quais as fronteiras entre os setores público e privado são tênues. Portanto, aqui, refere-se a um processo de privatização endógena, isto é, aquela em que importa as ideias técnicas e práticas do setor privado para tornar o setor público mais parecido com os negócios.

Também Rikowski (2018, p. 400) aborda que “a privatização na educação é a tomada de controle sobre a educação por parte das empresas que não envolvem propriedade”, ou seja, a propriedade permanece pública, mas não necessariamente quem a executa é o Estado. Isso permite que outras instituições, como as do terceiro setor — OSs, institutos, fundações,

associações que se apresentam como braços de investimento social de corporações —, ofereçam esse serviço através da terceirização, de parcerias, de contratos, de vouchers ou de outras variações, como já tem ocorrido no Brasil (Adrião, 2022).

Baseado em Peroni, Rossi e Lima (2021), foi identificado, nesse caso, as diferentes formas pelas quais as instituições privadas influenciam o setor público na educação: na direção da política educacional, na execução, na direção e na execução das políticas educacionais e no conteúdo das propostas que alteram o projeto de educação pública.

Nas atuais reformas educacionais, representadas aqui pela BNCC (Resolução nº 2/2017) e pela Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), é possível identificar instituições privadas ligadas a setores empresariais e filantrópicos na direção da política, ao influenciar na concepção/construção de políticas através de influências na agenda educacional, como Todos pela Educação, Fundação Lemann, Movimento pela Base Nacional Comum Curricular, Confederação Nacional da Indústria. Na execução da política através de consultorias, projetos e ações e venda de todo tipo de produtos, pode-se citar o Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Itaú Educação e Cultura, Instituto Reúna, Instituto Singularidades, ICE, Fundação Roberto Marinho, entre tantas outras. Na direção e execução, a influência ocorre ao mesmo tempo em que instituições privadas executam sua proposta por meio da formação docente, currículo, gestão, avaliação e monitoramento dos resultados —que permitem um controle de que seu produto será executado. Como exemplos, apresenta-se a Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Itaú Educação e Trabalho e SEBRAE.

Faz parte das reformas educacionais a indicação das parcerias com o setor privado, que são vistas como pragmáticas, orientadas para soluções flexíveis, eficientes e não burocráticas. Parcerias no caso brasileiro, não significa conforme Adrião(2018,p.9), “relações colaborativas entre setores que atuariam horizontalmente, como à primeira vista o termo “parceria” pode indicar”. Mas o “movimento que tem direcionado a educação básica brasileira para o campo e sob o interesse do setor privado, em especial do corporativo ou de segmentos a este associado (Adrião, 2022, p.67).

Um dos focos da atuação das instituições citadas anteriormente passa a ser a disputa pelo currículo da educação básica. A BNCC reflete bem a disputa que ocorreu, por exemplo, nas questões conceituais. A reflexão sobre os direitos de aprendizagem versus habilidades e competências fez parte do debate sobre o conteúdo da BNCC e sobre a visão de educação e

de mundo. Freitas (2014, p. 1107) criticando a disputa sobre o papel formativo da escola aborda que, para “[...] projetos diferentes, direitos diferentes”. Nesse caso, esses conceitos fizeram parte do deslocamento político-pedagógico cujo enfoque deslocou e reduziu o direito à educação como um conceito ampliado, para o direito à aprendizagem. Ao longo do debate conceitual da BNCC e na lógica das competências, o foco passa a ser a aprendizagem, passível de medição e de comparação, por facilitar as medidas nas avaliações nacionais e transnacionais, o que justifica a padronização dos currículos em nível mundial.

Ball identifica que “[...] a política educacional de forma crescente, está se tornando cada vez mais global ao invés de simplesmente uma questão local ou nacional” (Ball, 2014, p. 19) e, conforme Sahlberg (2011), a busca por padronizações — as quais, no vocabulário das reformas globais, apresentam baixo risco para alcançar os objetivos de aprendizagem — minimiza a experimentação, reduz o uso de abordagens pedagógicas alternativas e limita o trabalho das escolas e dos professores. Dito em outras palavras, a padronização é uma ferramenta considerada eficaz de controle da aula, bem como sugere que o processo de ensino e a aprendizagem se torne restrito e que os professores enfatizem os conteúdos essenciais para preparar melhor os alunos para as avaliações. Quanto maior o resultado da avaliação, menor o grau de liberdade dos professores, pois isso irá gerar menor risco à aprendizagem em sala de aula.

O controle via padronização do currículo é uma das características da plataformação da educação. Isto posto, também há a relação com a privatização da educação, que cria um mercado de plataformas, o qual controla os processos educativos.

### **A plataformação da educação**

O segundo eixo analisado é a plataformação da educação. Esse é um elemento importante nesse processo gerencial, cujos instrumentos de vigilância e dominação digital possibilitam novos instrumentos de regulação e de controle, assim como o enfraquecimento dos princípios democráticos e a centralização das decisões sobre educação e administração heterônomas (Lima, 2021). Shoshana Zuboff (2019), que cunhou o termo capitalismo de vigilância, apresenta que, na lógica do capitalismo de vigilância, não se distingue mais o consumidor do produto, visto que, por meio do uso do *Big Data*, os próprios consumidores fornecem a informação para criação de um novo produto cada vez mais personalizado.

Como exemplo da “plataformação” do ensino, podemos citar a Google for Education nos sistemas municipais e estaduais de ensino, que é apresentada como inovação e solução

educativa, e que, ao nosso ver, passa a ser uma forma de controle educativo de alunos e professores. Isso, pois, além de padronizar os processos pedagógicos, cria um mercado de plataformas. Para Evangelista e Gonsales (2024,p. 19):

a plataformação no setor educacional se configura como um processo em que atores privados, já com experiência e domínio de mercado de outros tipos de plataformas digitais, passam a oferecer serviços de comunicação e gerenciamento de dados a instituições educacionais.

Em pesquisa realizada por Barbosa e Alves (2023), as autoras indicam que o uso das plataformas digitais sinaliza para um cenário de intensificação e de maior controle sobre o trabalho docente e sobre os currículos, em que as tecnologias têm adquirido papel de vigilância. Nesse sentido, a pesquisa traz o exemplo do estado do Paraná no uso da educação por plataformas no Ensino Médio e o quanto “a adoção de novas plataformas digitais pode recair em novos processos de regulação, vigilância e controle que convergem e favorecem, sobretudo, para a desqualificação do trabalho docente e para a expansão da privatização”(Barbosa e Alves, 2023, p.1).

Na educação, as plataformas digitais apresentam seus produtos como mercadorias a serem adquiridas pelas secretarias de educação e pelas escolas na forma de terceirização de serviços. Assim, podemos chamar de privatização, conforme Rikowski (2017), visto que são assumidas funções das instituições educacionais, ao configurar-se como um modelo de gestão que vem redefinindo o papel da gestão da educação e da escola, aproximando-se cada vez mais de um gerencialismo por plataformas.

No caso do Rio Grande do Sul, apresentamos alguns exemplos. A secretaria estadual de educação adquiriu, durante a pandemia do COVID-19, as plataformas Elefante Letrado para os anos iniciais do ensino fundamental, para oferecer livros e jogos interativos, de forma alinhada à BNCC, e para fornecer relatórios sobre o envolvimento e a aprendizagem dos estudantes e turmas em relação à leitura (Seduc, [2021]). A plataforma Árvore é utilizada no RS para anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, com projetos e trilhas de leitura alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Referencial Curricular Gaúcho (Seduc, [2021]). Os professores podem controlar o número de livros que os estudantes leem mensalmente através de acesso a plataforma. Essas plataformas de leituras digitais fazem uso da inteligência artificial, nesse sentido, a Plataforma Árvore dispõe de programas de

educação socioemocional, empreendedorismo e letramento digital (arvore.com) alinhados à BNCC. É importante destacar que a BNCC, na prática, tem sido a referência para a implantação de distintos programas na área educacional via plataformização, ao mesmo tempo que o controle e a vigilância “transformam os acessos dos estudantes e professores em dados” (Pessoa; Rosado, 2024).

A gestão da educação via plataformas tem sido constante no país. No RS, a Secretaria Estadual de Educação tem realizado a gestão da educação via plataformas, como o Portal Educação RS, o Escola RS, o Professores RS e o Estudante RS (Seduc, 2024). Em 2023, o estado do RS firmou acordo de cooperação com o Instituto Unibanco, através do Programa Jovem de Futuro, para alavancar indicadores de gestão educacional até o ano de 2028 (Sander, 2023). O acordo de cooperação, conforme processo nº 23/1900-0032531-4(D.O.E) objetivou:

ofertar o programa Jovem de Futuro, que visa à implementação da metodologia de Gestão Educacional para o Avanço Contínuo da Educação, voltada a ampliar a permanência e melhorar os resultados de aprendizagem dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em todas as suas modalidades nesta rede e apoio técnico na consolidação do Circuito de Gestão das Coordenadorias Regionais de Educação e da Unidade Central.

Na prática, o programa ocorre através do Circuito de Gestão baseado na metodologia do ciclo de PDCA, que envolve um processo contínuo composto por cinco etapas: Planejamento; Execução e Monitoramento; Avaliação de Resultados; Correção de Rotas; e Compartilhamento de Experiências (Instituto Unibanco, 2024). O SIGAE (Sistema de Gestão para o avanço contínuo da educação) é uma plataforma privada, utilizada pelo Instituto Unibanco para monitorar o Programa Jovem de Futuro nas escolas estaduais do RS no planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão em tempo real (Instituto Unibanco, 2024).

Essas plataformas são interligadas e utilizam os dados alimentados pela escola e pelo professor para monitorar e avaliar processos administrativos e pedagógicos das escolas. Isso traz consequências para a democratização da Educação e dos processos pedagógicos, uma vez que os professores e gestores precisam se concentrar nas tarefas, de modo que suas ações deixam de ser pedagógicas e passam a ser gerenciais. Além do que, a posse dos dados institucionais informados são gerenciados e armazenados pelo sistema privado, o Instituto Unibanco.

Conforme Silva e Carolei (2024, p. 5), “a adoção de plataformas comerciais pode levar à padronização do ensino, com currículos predefinidos e conteúdos selecionados pelas empresas, limitando a autonomia docente”. Além do que, os conglomerados empresariais passam a controlar os projetos pedagógicos dos sistemas e escolas.

Freitas (2020) aponta que os reformadores empresariais acreditam firmemente que o professor seja um grande problema (e não solução) para os dilemas educacionais: seja pela formação precária, seja porque são funcionários públicos, seja porque podem “desobedecer” e/ou ter uma concepção de educação diferente. Tudo isso “desalinharía” a produção da eficiência escolar.

O gerencialismo por meio de plataformas é funcional em um cenário que reflete a privatização da gestão, do currículo e da formação de professores no Brasil, a partir da adoção de ferramentas digitais por sistemas públicos de ensino (Adrião; Domiciano, 2021). Além disso, ele apresenta uma característica conservadora pelo controle rígido dos conteúdos que são desenvolvidos e pelos resultados a serem atingidos.

Esse mecanismo contribui para o processo de desdemocratização da educação, visto que produz uma nova forma de ser gestor, professor e ser aluno. Se entendemos democracia como a “[...] materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social” (Peroni, 2013, p. 1021), podemos dizer que essa natureza é antidemocrática, explicada por Dardot e Laval (2019) como um “[...] processo de desdemocratização da educação e da sociedade, pelo qual a democracia se esvazia de sua substância, sem que se suprima formalmente”.

O neoliberalismo contemporâneo é construído em torno do princípio de despolitização e, assim, os problemas da sociedade, as dinâmicas públicas e as tensões e conflitos sociais devem ser considerados sob uma perspectiva individualista do mercado, em que são descartadas as questões sociais e o interesse coletivo.

No contexto anunciado, a administração pública passa a ser uma simples gestora de contratos e acordos privados. Reconfigurando assim, o papel do Estado para com a educação pública, passando a ser um Estado regulador, avaliador e financiador das políticas.

### **O empreendedorismo como conteúdo educacional**

Como terceiro eixo analisado, está o empreendedorismo enquanto conteúdo da proposta educacional que visa introduzir uma nova cultura na educação escolar. A proposta

do empreendedorismo procura estabelecer-se como eixo da educação, de modo a atrelá-lo à geração de alternativas para o desemprego, a fim de assegurar que, mesmo em tempos de crise, mantenha-se a produção coletiva de riquezas para preservar a apropriação privada.

No Brasil, o empreendedorismo tem sido inserido no currículo escolar a partir da BNCC e da Reforma do Ensino Médio, com propostas da classe empresarial, instituições do terceiro setor e, atualmente, a partir de programas muito bem articulados, o que evidencia as novas formas de organização do trabalho produtivo para qualificar em novas bases a juventude. Além disso, as competências socioemocionais se articulam ao empreendedorismo ao aliar-se às características do empreendedor.

Aprender a empreender passa a ser um dos pilares da educação para o século 21, em que a formação integral e omnilateral dos estudantes acaba por se distanciar, através de propostas educacionais que cerceiam o direito a essa educação ao disputar o conteúdo educacional e direcioná-los a competitividade, meritocracia, individualismo.

O empreendedorismo é um eixo estruturante dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio aliado aos projetos e programas das corporações empresariais. Esses influenciam o conteúdo político-ideológico da proposta da política educacional passando a ser a chave de interpretação das questões econômicas atuais, situação explicada em grande parte pelas novas condições das economias e sociedades mundiais.

Para Puello Socarraz (2010 p. 16), “o empresário/empreendedor passa a ser uma demanda epistemológica, ideológica e política que gera uma compreensão muito mais funcional e ajustada da fase de capitalismo avançado” e, sobretudo, sintetiza as categorias necessárias ao neoliberalismo, pois permite absorver e enfrentar a complexidade entre as realidades econômicas, políticas e sociais contemporâneas, que não existiam no passado.

O empreendedorismo é considerado uma estratégia do capital, cujo discurso posiciona o empreendedor como um agente de crescimento econômico e de mudança social (Carmo et al., 2021). O empreendedorismo é uma “estratégia em que é transferida, ao trabalhador, a atribuição de gerar postos de trabalho, de modo a garantir ‘ordem e progresso’ capitalistas” (Tavares, 2018, p. 110). Ao mesmo tempo, defendemos que, nas reformas educacionais em curso, o empreendedorismo tem representado uma “estratégia ideológica que sustenta o projeto de sociedade defendido pelos grupos hegemônicos representantes do capital que legitimam o mercado como solução para os problemas sociais” (Peroni; Caetano; Valim, 2021, p. 8).

No ensino médio e na educação profissional, conforme Costa e Caetano (2021) no contexto de reestruturação produtiva, as propostas de empreendedorismo e educação empreendedora visam solucionar, por meio de políticas e programas educacionais, problemas de ordem estrutural do capital, assim como nas reformas atuais em que o discurso das competências e do desenvolvimento das capacidades empreendedoras dos cidadãos entraram nos textos das políticas.

Em 2006, foi instituída no Rio Grande do Sul, a Política Estadual de Empreendedorismo a ser desenvolvida nas escolas de nível médio e escolas técnicas do RS. A Lei 12.616, de 8 de novembro de 2006, foi atualizada pelo governador Eduardo Leite através da Lei 15.410 de 19 de dezembro de 2019. A Lei “Institui a Política Estadual de Educação Empreendedora, a ser desenvolvida no âmbito das escolas técnicas e das escolas de nível médio do Estado do Rio Grande do Sul.” A lei apresenta ainda os conceitos de empreendedorismo, cultura empreendedora e prática empreendedora. O SEBRAE é uma entidade privada que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte. Conforme informações do site<sup>i</sup>, há mais de 40 anos, atua com foco no fortalecimento do empreendedorismo e na aceleração do processo de formalização da economia por meio de parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócios. Atua fortemente na disseminação de uma cultura empreendedora na educação, pois acredita que, formando jovens com perfil mais protagonista, teremos empreendedores mais preparados para os novos desafios da sociedade.

Isso posto, acredita-se que os jovens precisam internalizar o ethos do trabalhador-consumidor-cidadão (Mezsàros, 2008). Pois enquanto empresário de si, o indivíduo deve investir em sua formação, em seu networking, para agregar valor à carreira, e não apenas buscar emprego (López-Ruiz, 2007).

Também o SEBRAE tem apresentado várias propostas para a educação gaúcha através de eventos com foco na educação empreendedora especialmente para professores e profissionais envolvidos com educação formal. Em relação aos estudantes, atua em parceria com outras instituições como ONGS e contratação de serviços para consultoria e palestras.

O projeto Escola Empreendedora é um dos vários projetos que a SEDUC-RS tem apresentado nos últimos anos. Na apresentação para a imprensa, foi assim descrito:

É a escola em que os componentes curriculares se articulam nas diferentes etapas de ensino, com o propósito de estimular os estudantes a desenvolver habilidades e competências que fomentem o seu protagonismo. Enfatiza a aprendizagem criativa e colaborativa, e o “fazer mão na massa”, voltados para a inserção no mundo do trabalho e na cocriação de soluções aos seus desafios e de sua comunidade (SEDUC-RS, Programa Jovem RS, 2019, s/p).

Este projeto apresenta como principal parceiro o SEBRAE e atingiu 300 escolas que implantaram o Novo Ensino Médio, dez por CRE (Coordenaria Regional de Educação). Além disso, um dos programas de empreendedorismo da SEDUC apresenta claramente que:

a Secretaria Estadual de Educação (Seduc) quer estimular alunos e professores **a mudarem o modo de pensar em sala de aula**. A ideia é incentivar a comunidade escolar a criar propostas que possam ajudar a região onde estão inseridas ou que possam se tornar rentáveis (grifos nossos) (ZH, 4/9/2019)<sup>ii</sup>.

Os programas oferecidos para a educação pública visam modificar substancialmente o conteúdo ofertado nas escolas públicas estaduais. Além disso, a educação para o empreendedorismo, como política, esvazia o conteúdo educacional ao conceber a capacidade empreendedora como inata, cabendo à escola simplesmente despertá-la e desenvolvê-la, secundarizando os conhecimentos sociais, históricos e filosóficos socialmente construídos em detrimento de uma educação voltada à técnica.

Compreendemos assim como Ball (2005, p. 544) que “o gerencialismo desempenha o importante papel de destruir os sistemas ético-profissionais que prevaleciam nas escolas, provocando sua substituição por sistemas empresariais competitivos”.

Newman e Clarke (2012) afirmam que a inserção de modelos de gestão gerencialistas estimulam a competitividade nas escolas, estabelecendo mecanismos de compensação e punição, com vistas a selecionar os melhores alunos, desprezando aqueles que têm mais dificuldade de aprendizagem. Ao mesmo tempo, tem sido comum observar características das instituições privadas nas escolas públicas, podendo resultar na "penetração de valores capitalistas e uma rationalidade capitalista no sistema de educação e um consequente distanciamento da ideia de escolarização como um meio de reparar padrões estruturais de injustiça social", transformando os alunos em "mercadorias valorizadas de forma diferenciada". (Newman e Clarke, 2012, p. 367). Constatamos que a privatização, a plataformação e o empreendedorismo vão criando estruturas, novos conteúdos e novas

funções na gestão educacional impregnando a educação com políticas gerencialistas, que reproduzem um modelo de gestão baseada na administração empresarial.

### **Conclusões**

As mudanças na concepção e na ação do Estado se apresentam por meio de sua reconfiguração, o Estado passa a ser gerencial/empreendedor, utilizando-se de novas estruturas(redes) e de relações entre governo e a população, assim como tem se utilizado de um novo vocabulário político e educacional.

O Estado gerencial/empreendedor é funcional ao mercado, em detrimento das políticas sociais que atendem à maioria da população, pois o mercado é compreendido como mais eficiente que o Estado no que diz respeito ao que é público. Ao elencarmos a privatização, a plataformização e o empreendedorismo, afirma-se, aqui, que esses são elementos complexos para analisar as reformas educacionais no Brasil, pois se relacionam a processos históricos, e que são interrelacionados ao contexto mundial diante do neoliberalismo e do avanço do conservadorismo que cerceiam a educação.

Nesse sentido, cada vez mais necessária é a utilização de diversos mecanismos político-ideológicos para o controle e o monitoramento educacional, como a privatização, que ocorre de diferentes formas — como foi apontado — as plataformas educacionais, que interferem na constituição curricular e no trabalho pedagógico das instituições escolares e dos professores, o que desqualifica e precariza esse trabalho. O empreendedorismo como apresentamos nesse texto, é abordado como uma estratégia ideológica que sustenta o projeto hegemônico do capital, articulando-se como um conteúdo educacional no sentido de criar uma nova cultura na educação e nos projetos escolares via reformas educativas.

As reformas educacionais promovem a padronização curricular, o controle e monitoramento da gestão, do trabalho docente e discente, no conteúdo da proposta educacional baseado no gerencialismo e, portanto, contrapõe-se à construção de um currículo emancipador.

Por fim, retoma-se que o gerencialismo é instrumental a um projeto educacional centrado no controle do currículo, controle da gestão, controle do conteúdo, controle dos resultados, controle do trabalho docente e controle dos estudantes. Para o capital, é estratégico o esvaziamento do Estado como esfera promotora de acesso aos direitos políticos e sociais, porque ele promove o mercado como solução para os problemas sociais,

intervindo na formação das crianças, jovens e adultos e disputando o projeto societário. Assim como reflete Meszaros em entrevista a Rubem Barros(2017) “como fazer da educação pública um instrumento crítico de compreensão do mundo e das relações humanas, e não apenas uma engrenagem de formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho”?

O desafio, logo, está em continuar a pesquisar e aprofundar-se sobre a temática, a fim de evidenciar as diversas relações que são estabelecidas entre o público e o privado na educação, assim como as repercussões que as reformas trazem a educação pública.

### **Referências**

ABDALA, Paulo Ricardo Zilio. **GPRPPE Convida** - Reformas Continuadas na Administração Pública. **Youtube**. Publicado pelo canal GPRPPE-UFRGS, [S. I.], 25 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hbUXGukrDco&t=3833s>>. Acesso em 20 set. 2023.

ADRIÃO, Thereza.; DOMICIANO, Cássia. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Retratos da Escola**, [S. I.], v. 14, n. 30, p. 668–684, 2021. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1223>> Acesso em: 17 jul. 2024.

ADRIÃO, Thereza. **Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil**: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. 1. ed. Brasília: ANPAE, 2022. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/LIVROS-2022/DialogosComProducaoAcademica-2022.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BALL, Stephen John. Educação global S.A. **Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BALL, Stephen John. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, vol. 35, n. 126, p. 539-564, set/dez 2005.

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. **Revista e-Curriculum** [online], [S. I.], v. 21, 2023.

BARROS, Rubem. **István Mészáros**: filósofo húngaro encara a educação baseada em ruptura com a “lógica do capital”. Entrevista concedida a Revista Educação. Publicada em 03/10/2017. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2017/10/03/istvan-meszaros-encara-educacao-baseada-em-ruptura-com-a-logica-do-capital/>. Acesso em 13 fev. 2025.

BRASIL; Ministério da Educação. **Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018**. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Brasília, DF: 2018. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-MEC-1432-2018-12-28.pdf>>. Acesso em 22 de fev. de 2025.

CAETANO, Maria Raquel. Reformas Educativas globais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Revista Textura. **Revista de Educação e Letras**, [S. I.], v. 22, n. 50, 2020. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5397>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CAETANO, Maria Raquel. Neoliberalismo, gerencialismo e educação: o projeto do empresariado para a América Latina. **Revista Trabalho Necessário**, 21(44), 01-19, 2023.

COSTA, Marilda de Oliveira; CAETANO, Maria Raquel. Um novo ethos educacional no ensino médio: da formação integral ao empreendedorismo. **Revista Exitus**, [S. I.], v. 11, n. 1, p. e020179, 2021. DOI: 10.24065/2237-9460.2015v1n1ID1655. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1655>. Acesso em: 21 jan. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

EVANGELISTA, Rafael de Almeida; GONSALES, Priscila. A plataformização da educação no Sul Global e seus laços com os atores do capitalismo de vigilância. In: ALVES, Lynn; LOPES, David (orgs). **Educação e plataformas digitais**: popularizando saberes, potencialidades e controvérsia. Salvador : EDUFBA, 2024. 287 p.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico da escola. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085/1114, out./dez. 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. EAD, tecnologias e finalidades da educação. **Blog do Freitas**, [S. I.], 17 abr. 2020. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2020/04/17/ead-tecnologias-e-finalidades-da-educacao/>>. Acesso em: 28 set. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. Neotecnismo digital. **Blog do Freitas**, [S. I.], 11 jul. 2021. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2021/07/11/neotecnismo-digital/>>. Acesso em: 1 set. 2024.

JESUS, Adriana Ribeiro de; RIBEIRO, William de Goes. Currículo e disputas: políticas em torno da formação docente. **Revista Espaço do Currículo**, [S. I.], v. 16, n. 1, p. 1-11, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/66033>>. Acesso em: 24 set. 2024.

INSTITUTO UNIBANCO. SEDUC-RS amplia programa de gestão para mais 650 escolas. **Instituto Unibanco** [Blog], [S. I.], 20 set. 2024. Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/seduc-rs-amplia-programa-de-gestao-para-mais-650-escolas/>>. Acesso em 25 set. 2024.

INSTITUTO UNIBANCO. Como funciona. Circuito de gestão. Programa Jovem de Futuro. **Instituto Unibanco** [Blog], [S. I.], [2007-2024]. Disponível em:

<<https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/>>. Acesso em 20 set. 2024.

LACERDA, Marina. **O novo conservadorismo brasileiro:** de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019. 228p.

LIMA, Licínio. Máquinas de administrar a educação: dominação digital e burocracia aumentada. **Educação & Sociedade**, [S. l.], n. 42, p. 1–16, 2021.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, João Paulo. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, Francis Mary; RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon (Orgs.). **Estado e Políticas Sociais**. Cascavel: Edunioeste, 2003. p. 11-28.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, mai/ago 2012.

PERONI, Vera Maria Vidal. A construção do Sistema Nacional de Educação e a gestão democrática em debate. In: ALMEIDA, Luana Costa et al. (Org.). **PNE em foco: políticas de responsabilização, regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação**. Campinas: Cedes, 2013. p. 1021-1033.

PERONI, Vera Maria Vidal.; LIMA, Paula Valin de. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 15, p. 1–20, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/praxeducativa/article/view/15344>>. Acesso em: 3 ago. 2024

PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre; LIMA, Paula Valin de. (Orgs.). **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e na América Latina**. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Del homo o economicus al homo redemptoris: Emprendimiento y Nuevo Neo-liberalismo. **Otra Economía**, v. IV, n. 6. 2010. Disponível em: . Acesso em 13 de maio 2020.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. **Nueva gramática del Nel-liberalismo:** Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: da conceitualização à operacionalização. **Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES**, Vitória - ES, v. 19, n. 39, p.15-29, jan./jun. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação. **Acordo de cooperação** Nº 1034/2023. Realização do programa Jovem de Futuro mediante a parceria entre a Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul e o Instituto

Unibanco, que visa à implementação da metodologia de Gestão Educacional para o Avanço Contínuo da Educação. Publicado no DOE em 6 de setembro de 2023.

RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 393–414, 2018. Disponível em:  
<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/810/pdf>. Acesso em 30 jul.2024.

SAHLBERG, Pasi. **Finnish Lessons: What Can the World Learn from Educational Change in Finland?** New York: Teachers College Press, 2011.

SANDER, Isabella. Parceria focada na gestão educacional promete alavancar indicadores do RS até 2030. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 26 set. 2023. Disponível em:  
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/educacao-basica/noticia/2023/09/parceria-focada-na-gestao-educacional-promete-alavancar-indicadores-do-rs-ate-2030-clnoejs330016015nq7b7f48x.html>. Acesso em 20 ago.2024.

SEDUC. Plataformas de Leitura. **Portal da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, [2021]. Disponível em: <<https://educacao.rs.gov.br/plataformas-digitais-de-leitura/1000>>. Acesso em 15 jul. 2024.

SEDUC. Portal Educação RS. **Portal da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2024. Disponível em:<  
<https://portal.educacao.rs.gov.br/Main/Home/Index/>

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância:** a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

## Notas

---

<sup>i</sup> Disponível em:<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/educacaoempreendedora>.Acesso em: 10 dez.2023.

<sup>ii</sup> Disponível em:<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/educacaoempreendedora>.Acesso em: 10 nov.2024.

## Sobre a autora

### Maria Raquel Caetano

Doutora em Educação. Pesquisadora vinculado ao Grupo de Pesquisas Relações entre o Público e Privado na Educação (UFRGS) e Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica, IFSul/RS. Atua no campus Sapucaia do Sul/RS.

E-mail: [caetanoraquel2013@gmail.com](mailto:caetanoraquel2013@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6973-908X>

Recebido em: 04/06/2025

Aceito para publicação em: 01/07/2025